

# MODERNIDADE, REVOLUÇÃO E FUNDAÇÃO DA LIBERDADE: AS REVOLUÇÕES AMERICANA, FRANCESA E ALEMÃ<sup>1</sup>

*Edneila Rodrigues Chaves*<sup>2</sup>

Neste artigo, abordo eixos da discussão conceitual arendtiana sobre as revoluções na modernidade. Para Hannah Arendt, as revoluções figuraram momentos privilegiados de manifestação do “político”, nos quais o espaço de liberdade ganhou visibilidade<sup>3</sup>. A Revolução Americana e a Francesa vivenciaram circunstâncias de fracassos e de vitórias na fundação da liberdade. Já a Revolução Alemã constituiu-se em um evento que possibilitou o espaço de exercício da liberdade, fazendo parte da tradição esquecida da modernidade.

Considerando que a política é uma invenção grega, a *polis*, contrapondo-se ao mundo privado, consistiu na resposta para a questão de como os indivíduos vivem juntos em condição de liberdade. Hannah Arendt retorna a essa matriz do pensamento grego, que é marcada pela noção de que a liberdade implica na capacidade de participar da coisa pública. Assim, o pensamento político tem sua origem na Grécia, com Platão, Sócrates e Aristóteles. Em Roma, com Cícero, tem-se uma formulação mais elaborada desse pensamento, que é sistematizado na República Romana.

Já em Florença, é desenvolvido o humanismo cívico. Maquiavel leu os gregos a partir dos autores do humanismo cívico, sendo considerado o precursor e pai espiritual da revolução. Ele se tornou importante para a história das revoluções porque foi o primeiro a refletir sobre a possibilidade da criação de um corpo político estável e a visualizar a ascensão de um domínio puramente secular, cujas leis e postulados de ação eram independentes dos ensinamentos da Igreja e dos padrões morais.

---

<sup>1</sup> Este artigo constitui-se no texto que foi apresentado na disciplina *Narrativas da Modernidade: a tradição esquecida*, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais em 2002. Sou grata à professora Heloísa Starling pelas ricas discussões em sala de aula.

<sup>2</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, Professora na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (MG). E-mail: <edneila@ubbi.com.br>.

<sup>3</sup> Hannah Arendt é a estudiosa do pensamento político mais controversa da modernidade. Ela se encontrava afastada de partido político, de linhas ideológicas e da universidade. Na condição de mulher, ela levou a presença feminina para o campo da formulação desse pensamento, situando-se ao lado de três grandes matrizes da linha do pensamento político moderno: Maquiavel, Hobbes e Locke. A entrada de seu pensamento no Brasil foi tardia e equivocada, visto que foi considerada pensadora do Liberalismo.

O pensamento de Maquiavel é apropriado de duas formas: a tradição francesa trabalha a idéia de razão de Estado e de violência, enquanto a tradição inglesa recupera o Maquiavel republicano, que, por sua vez, é absorvido pela tradição americana. Por isso, da feição mais radical da Revolução Inglesa - a Rebelião de Santos - irrompeu-se a Revolução Americana. Como Hannah Arendt faz a leitura do processo revolucionário americano sem passar pela influência da Revolução Inglesa, ela perde de vista alguns fundamentos políticos da Revolução Americana, como a forma que Maquiavel foi apropriado pelos ingleses. O sistema de colonização inglês, desenvolvido na América do Norte, possibilitou a criação de formas políticas associativas e a instauração de mecanismos de liberdade. A singularidade desse sistema levou à revolução. Hannah Arendt não trabalha esses elementos políticos e perde a oportunidade de reconstituir as raízes que serviram de base para a Revolução Americana.

No que se refere à proposta de Arendt para a compreensão das revoluções na Idade Moderna, ela sugere que a idéia de liberdade e a experiência de um novo começo sejam coincidentes. A noção corrente no mundo livre é que *“é a liberdade, e não a justiça nem a grandeza, o critério mais alto para o julgamento de constituições de corpos políticos”*. Assim, é a *“concepção de liberdade, nitidamente revolucionária em sua origem, que pode medir até que ponto estamos preparados para aceitar ou rejeitar essa coincidência”*<sup>4</sup>. Nessa concepção de liberdade, a libertação não é entendida como termo sinônimo. A libertação pode constituir-se em condição de liberdade, mas não leva necessariamente a ela. A noção de liberdade, implícita na libertação, é negativa, já que a intenção de libertar não é idêntica ao desejo de liberdade.

Para os gregos, a vida de um homem livre necessitava da presença de outros. Por consequência, a própria liberdade requeria um espaço político, seja a *ágora*, o mercado público ou a *polis*, onde as pessoas pudessem se reunir. Tratando-se da política moderna, os homens das revoluções tinham por alvo a liberdade, que significava o início de uma história inteiramente nova. No entanto, as conquistas que estavam relacionadas com as aspirações de serem libertadas da penúria e do medo eram negativas, porque produtos da libertação. Essas conquistas não se constituíam no verdadeiro conteúdo da liberdade. A finalidade da revolução, portanto, era a instituição da liberdade; já a da rebelião, a libertação.

A revolução, como concebida na modernidade, esteve sempre envolvida tanto com a libertação como com a liberdade. A libertação, *“cujos frutos são a ausência de constrangimento e a posse da ‘faculdade de locomoção’, é, de fato, uma condição de liberdade”*. Assim, é difícil precisar *“onde termina o mero desejo de libertação, de ser livre de opressão, e onde começa o desejo de liberdade, como opção política de vida”*<sup>5</sup>. Enquanto a libertação poderia ser realizada sob um regime monárquico, a liberdade necessitava de uma outra forma de governo, uma república. A revolução trouxe à tona a experiência de ser livre, uma experiência inédita da capacidade do homem de iniciar algo novo, na qual a novidade estava relacionada com a idéia de liberdade.

---

<sup>4</sup> ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática; Brasília: Editora da UnB, 1988, p. 23.

<sup>5</sup> ARENDT, *Da revolução*, p. 26.

## ***As Revoluções Americana e Francesa na fundação da liberdade***

Hannah Arendt identifica uma tradição republicana da modernidade que consiste na tentativa de universalizar a liberdade, com a fundação de um novo corpo político. Essa tradição é visualizada nas Revoluções Americana e Francesa, inauguradas na modernidade. Cada uma delas traz uma forma política própria: a Revolução Francesa opta pelo Estado-nação, enquanto a Americana faz a opção pela comunidade política, isto é, a sociedade civil. Se de um lado, o Estado-nação vela a diferença, uma vez que trata do todo, de outro, a comunidade política, que se constitui de pessoas partilhando valores civis e objetivos comuns, abre espaço para a diferença. Uma característica singular da Revolução Americana era a sua capacidade associativa. A República está sustentada nas instituições nacionais. No caso americano, ela se sustentava no cidadão e na sua capacidade associativa de reivindicar, expressando-se na sua diferença. A liberdade, como princípio, exige capacidade de lidar com a diferença. Na Revolução Americana, o cidadão modelava as instituições; na Francesa, eram as instituições que modelavam o cidadão.

A Revolução Francesa consiste em um evento espetacular da modernidade. O movimento introduziu um novo padrão para a política, ligado ao conceito de necessidade, possibilitando aparecer a novidade e o popular na cena pública. Um popular que era vítima de injustiças, produzidas pela urgência da sobrevivência e que era esquecido. A explosão dos pobres evidenciava o caráter de destruição da liberdade. A existência da pobreza sugeria que não havia sociedade de homens livres, sendo urgente resolver a questão social. Para Hannah Arendt, o social não alcança a política e não funda a liberdade. Isso porque diante da urgência da sobrevivência importa menos participar da coisa pública, ocorrendo, assim, impedimento de ser cidadão.

A questão social passou a desempenhar papel revolucionário quando, na Idade Moderna, os homens começaram a duvidar de que a pobreza fosse inerente à condição humana. Na sua origem, esse questionamento foi pré-revolucionário e americano. A América tornou-se o símbolo de uma sociedade sem pobreza muito antes da modernidade, rompendo com seu ciclo natural. Quando o fato se tornou conhecido na Europa, a questão social e a rebelião dos pobres puderam desempenhar papel verdadeiramente revolucionário. A questão social passou a representar para todas as revoluções, exceto para a Americana, o problema mais urgente e mais difícil de ser resolvido politicamente.

Em um estado de constante miséria e submetida à necessidade, “a multidão acudiu ao apelo da Revolução Francesa, inspirou-a, impulsionou-a para frente e, finalmente, levou-a a destruição, pois essa era a multidão dos pobres”. Quando ela emergiu no cenário da política, com ela surgiu a necessidade. O resultado foi que “o poder do Antigo Regime tornou-se impotente e a nova república nasceu morta. A liberdade rendeu-se à necessidade e à urgência do próprio processo vital”<sup>6</sup>. A pobreza, por conseguinte, desviou a multidão, levando-a a perder o ‘momento

---

<sup>6</sup> ARENDT, *Da revolução*, p. 48.

histórico'. Assim, a revolução mudou de rumo, buscando não mais a liberdade, mas a felicidade do povo.

As revoluções demonstraram que todas as tentativas para resolver a questão social por meios políticos promoveram o terror, o que condenava as revoluções à perdição. Quando uma revolução irrompia sob as circunstâncias de pobreza do povo, era quase impossível evitar esse equívoco fatal, como ocorreu com a Revolução Francesa, que foi destruída pela pobreza. A necessidade e as urgentes carências do povo desencadearam o terror e levaram a revolução à sua ruína, como bem consciente estava Robespierre desse equívoco: "*Haveremos de perecer, pois na história da humanidade perdemos a ocasião oportuna de fundar a liberdade*"<sup>7</sup>.

Ao universalizar a igualdade, a Revolução Francesa trazia um problema para a política, que consistia na indefinição do que fazer com o "não-cidadão". O campo social evidenciava o problema, mas não dava conta de resolvê-lo, impulsionando-o para o mundo da política. A miséria pretere a liberdade política diante da necessidade vital. Não se pode fundar a liberdade considerando só a questão social, porque o social pode tornar-se mais importante que a política e, conseqüentemente, destruir a liberdade. Essa Revolução, enquanto solução das necessidades, deslocava o conceito de liberdade para o de libertação, *liberty from* - liberdade de alimentar-se, de vestir-se, de locomover-se -, em detrimento da liberdade, por excelência, *liberty to* - liberdade para agir. Em decorrência dos miseráveis, a questão social suplantou a questão política.

A incapacidade de transformar o movimento de libertação em liberdade permitiu a Robespierre levar a política para a praça do mercado, trazendo como conseqüência o estabelecimento do ponto de mutação entre o fracasso da gironda em construir uma Constituição republicana e a tomada do poder pelos jacobinos. Ocorreu aí um deslocamento de foco: do campo das virtudes políticas para o dos afetos privados, bem como do campo da solidariedade para o da compaixão. Das paixões que arrebatavam os revolucionários a paixão pela compaixão era a mais devastadora, pois apenas a condição de pobreza poderia despertar a compaixão. Esta paixão "*se tornou a força impulsionadora dos revolucionários depois que os girondinos falharam em promulgar uma Constituição e inaugurar um governo republicano*". A Revolução atingiu seu ponto crítico quando os jacobinos, sob a liderança de Robespierre, "*apossa[ra]m-se do poder, não por serem mais radicais, mas por não compartilharem com a preocupação dos girondinos com formas de governo, por acreditarem mais no povo do que na república*"<sup>8</sup>. Houve mudança de foco, provocada pelo próprio curso da revolução. A nova ênfase significava que a unidade permanente do futuro corpo político não era garantida pelas instituições temporais, mas pela vontade do próprio povo.

A Revolução Americana, ao não restringir os direitos civis, foi vitoriosa exatamente onde a Francesa fracassou, ou seja, na tarefa de fundação. Os fundadores americanos se tornaram os governantes e, com isso, o fim da revolução não significou o fim de sua 'felicidade pública'. A ênfase foi para o conteúdo da

---

<sup>7</sup> ROBESPIERRE, *apud* ARENDT, *Da revolução*, p. 48.

<sup>8</sup> ARENDT, *Da revolução*, p. 60.

Constituição, para a criação e a divisão do poder e para o surgimento de um novo domínio, em que a “*ambição seria controlada pela ambição*”, isto é, poder controla-se com mais poder<sup>9</sup>. O equívoco da Revolução Francesa foi sugerir que a proclamação dos direitos humanos ou a garantia dos direitos civis poderiam se transformar na meta da revolução. Para os americanos, o verdadeiro conteúdo da Constituição não era a salvaguarda dos direitos civis, e sim o estabelecimento de um sistema de poder inteiramente novo. A questão não era como limitar o poder, mas como fundar um novo, que não poderia se basear naquilo que sempre representara uma negativa de poder: as declarações de direitos. O objetivo era dar origem a mais poder, estabelecer e constituir adequadamente um centro de poder, destinado a compensar a república confederada do poder que se perdeu quando as colônias se separaram da coroa inglesa. A Revolução Americana teve como objetivo sustentar o princípio da liberdade por meio da Constituição, ponto no qual a Francesa falhou.

O congresso de Filadélfia foi importante momento da Revolução Americana. O desafio colocado consistia em garantir a memória da liberdade. Ou seja, a questão colocada de forma original por essa Revolução estava na definição das condições sob as quais o cidadão iria participar da vida pública. Foram três as propostas: Madison sugeria instalar instituições para garantir a memória da liberdade, Hamilton indicava que a solução era o mercado e Jefferson apontava a ação política do cidadão, efetivada por meio de instituições que o levassem para a rua, como a imprensa e a universidade. As três propostas foram vitoriosas e estão na base da Constituição Americana.

Hannah Arendt aponta duas falhas da Revolução Americana. Uma delas foi a suspensão do adjetivo público na busca da felicidade de direitos. No seu posicionamento, Jefferson hesitou, suprimindo o público e incluindo a felicidade, que só era acessível com participação na vida política. A Revolução falhou ao confinar o cidadão, na busca de uma liberdade privada. A outra falha foi a camuflagem da questão social, visto que índios e negros foram excluídos dos direitos de cidadão.

A Revolução Americana contou com um contexto histórico favorável, ocorrendo em um país que desconhecia a difícil situação da miséria popular e entre um povo que tinha larga experiência de autogoverno. Certamente, uma de suas maiores graças foi ela ter sido consequência do conflito com uma ‘monarquia limitada’. Os revolucionários não foram tentados a atribuir a mesma origem à lei e ao poder. Para os americanos, o fundamento do poder era o povo, mas a fonte da lei deveria ser a Constituição, e não a vontade do povo. Já o erro da Revolução Francesa consistiu na convicção de que a lei e o poder emanavam de uma só e mesma fonte - o povo -, expressando unanimemente que ‘a lei é expressão da vontade geral’. Mas, na prática, nem o povo nem sua ‘vontade geral’ tornaram-se fonte de todas as leis. Elas emergiram do processo revolucionário.

As paixões e as opiniões desencadeadas na Revolução Francesa sufocaram os princípios da liberdade pública, da felicidade pública e o espírito público. A violência

---

<sup>9</sup> MADSON, *apud* ARENDT, *Da revolução*, p. 108.

da libertação frustrou todas as tentativas de criação de espaço seguro para a liberdade. O ato de fundar o novo corpo político e de idealizar a nova forma de governo constituía-se elemento do espírito revolucionário, que envolvia preocupação com a estabilidade e com a durabilidade da nova estrutura. Por conseguinte, a forma republicana de governo atraía os pensadores políticos pré-revolucionários pela sua promessa de durabilidade. Se a fundação era o objetivo e o fim da revolução, o espírito revolucionário, então, não consistia em simplesmente dar início a uma coisa nova, mas em iniciar algo permanente e duradouro. Uma instituição que englobasse esse espírito e o estimulasse a novos projetos estaria sentenciando seu próprio fracasso.

Tratando-se do cenário americano, Jefferson foi quem percebeu essa falha da estrutura da república. Ele observou que a revolução, embora tivesse dado liberdade ao povo, não conseguiu proporcionar um espaço onde essa liberdade pudesse ser exercida. Apenas os representantes do povo tiveram oportunidade de realizar atividades da liberdade. Houve menos oportunidade para o exercício da liberdade política na República dos Estados Unidos do que houvera nas colônias na América britânica. Assim, a questão da representação era um dos problemas imediatos para os fundadores. Ela era entendida como um mero substitutivo da ação política direta, uma vez que 'não haveria espaço para todos'. No entanto, os fundadores não tardaram a reconhecer o quanto a teoria estava distante da realidade, já que, na prática, o poder se tornaria propriedade dos governantes. A Constituição falhou ao não incorporar os organismos populares - os municípios e as câmaras municipais -, fontes originais de toda a atividade política do país. Isso significou a morte dessas instituições. Sob o impacto da revolução, o espírito revolucionário começou a declinar na América com a própria Constituição, que foi a maior conquista do povo americano e que acabou privando-o de sua mais valiosa aquisição: a liberdade.

Enquanto para os americanos os organismos populares foram uma experiência pré-revolucionária, para a França eles foram consequência da própria Revolução. Robespierre defendia que os clubes e as sociedades populares seriam os únicos espaços onde a liberdade poderia se manifestar e ser usufruída por seus cidadãos. Porém, ele mudou de posicionamento tão logo assumira o poder em 1793 e tornou-se chefe político revolucionário. Sua atitude foi combater os órgãos populares, contrapondo-lhes à 'grande sociedade popular de todo o povo francês', que só poderia existir sob a forma de representação. As sociedades populares foram esmagadas pelo governo centralizado por constituírem-se competidoras do poder público. Assim, no curso da Revolução Francesa, eclodiu conflito entre o moderno sistema partidário e os novos órgãos revolucionários de autogoverno. "*O sucesso espetacular do sistema partidário e o fracasso não menos espetacular do sistema de conselho foram devidos ao advento do Estado-nação, que elevou um e esmagou o outro*"<sup>10</sup>. O conflito entre os dois sistemas, portanto, foi um conflito entre o Parlamento - fonte e sede do poder do sistema partidário - e o povo, que abdicou do seu poder em favor de seus representantes.

---

<sup>10</sup> ARENDT, *Da revolução*, p. 98.

A diferença decisiva entre as duas revoluções consistiu na herança histórica. A da América foi uma monarquia limitada e a da França foi um absolutismo, que remontava aos primeiros séculos do Império Romano. Considerando que uma revolução é predeterminada pelo tipo de governo que ela banir, quanto mais absoluto o governo, tanto mais absoluta será a revolução que o substituir. As revoluções dos séculos XVII e XVIII, que pareceram mostrar indícios de um novo espírito, pretenderam ser apenas restaurações. No caso da Revolução Americana e da Francesa, elas foram protagonizadas, em seus estágios iniciais, por homens convencidos de que estavam restaurando uma antiga ordem, violada por monarcas absolutos. Na América, os homens que iniciaram a 'restauração' foram os mesmos que começaram e terminaram a revolução. Aquilo que eles julgavam ser uma 'restauração' transformou-se em revolução, resultando na declaração de independência. Já na França, os participantes não puderam controlar o curso dos acontecimentos. Eles foram submetidos à vontade e aos objetivos da força da Revolução.

Tratando-se das experiências das revoluções Americana e Francesa, Hannah Arendt observa que ambas continham elementos de fracasso e de sucesso. A razão de a primeira ser vista como vitoriosa e a segunda como fracassada é porque o estado de pobreza estava ausente do cenário americano, mas presente em todos os lugares do mundo. O povo americano não era movido pela necessidade e a Revolução não foi frustrada por ele. O problema para a Revolução Americana era de ordem política; dizia respeito não à ordem da sociedade, mas à forma de governo. A questão em pauta era que o 'trabalho contínuo' e o desejo de lazer da maioria da população excluiria-a da participação ativa no governo. Ela poderia ser representada, mas isso era mais um assunto de 'autopreservação', necessário para proteger a vida dos trabalhadores, não garantindo a abertura das portas do mundo político para a maioria. Uma vez assegurado o estado de 'autopreservação' dos pobres, eles continuavam excluídos do mundo da política. Entretanto, a inexistência da questão social na Revolução Americana era ilusória, visto que a miséria degradante estava presente em toda parte na forma da escravidão e do trabalho dos negros. Mas a escravidão, tanto para os europeus como para os americanos, não fazia parte da questão social, embora o social tenha interferido no curso da Revolução Americana com menos dramaticidade que na Francesa. Uma vez que a América não havia sido avassalada pela pobreza, foi a 'paixão fatal pelo enriquecimento rápido' que se interpôs no caminho dos fundadores da república. As noções revolucionárias de felicidade pública e de liberdade política não desapareceram do cenário americano; antes, tornaram-se partes integrantes da própria estrutura do corpo político da república. A presença dos dois elementos poderia levar ao fracasso ou à vitória, dependendo da capacidade da estrutura da república de suportar as futilidades do consumo ou de ceder à pressão da riqueza.

A Revolução Francesa foi reconhecida no mundo e com ela o termo revolução recebeu suas conotações e matizes em todos os lugares. A Revolução Americana, ao contrário, permaneceu como um acontecimento de importância apenas local. Hannah Arendt considera que o desinteresse teórico foi responsável por a Revolução Americana não ser reconhecida mundialmente, já que o pensamento pós-

revolucionário foi incapaz de evocar a Revolução. Com essa incapacidade do pensamento e da lembrança, perdeu-se o espírito revolucionário, cujos princípios eram a liberdade política, a felicidade pública e o espírito público. Após o espírito revolucionário ter sido relegado ao esquecimento, o que dele restaram foram as liberdades civis, o bem-estar individual e a opinião pública como as forças mais poderosas a dirigirem uma sociedade democrática e igualitária. De outro lado, a abundância de interesse teórico e de pensamento conceitual em torno da Revolução Francesa por pensadores europeus, contribuiu para o seu sucesso mundial, a despeito do seu fim desastroso.

### ***Revolução Alemã: a tradição esquecida***

O princípio político implícito nos movimentos revolucionários da modernidade está ligado ao espírito conceitual da *polis*. Hannah Arendt localiza a matriz conceitual da tradição de universalização da liberdade e busca compreender o momento no qual o Ocidente descobre o sentido do “político”. Com a modernidade, instala-se uma situação de barbárie, condensada nos movimentos totalitários. Isso provocou a destruição daquela tradição, que se recompõe na tradição esquecida. Esta consiste nos eventos que possibilitaram espaços de exercício da liberdade e que foram esquecidos. Singulares e descontínuos, esses eventos podem ser identificados historicamente: a Comuna de Paris, 1871; a Revolução Alemã, 1918; a Insurreição Húngara, 1956; Maio de 1968; e a Revolução de Veludo, 1989. Apreendendo-os como sinais de manifestação tragicamente abafados, Hannah Arendt trabalha nos eventos revolucionários a dimensão trágica, já que fracassaram, como também a dimensão da esperança, uma vez que eles se reapropriaram da liberdade.

A forma de participação política nos eventos foi a dos conselhos, que se constituíram em uma das formas de participação política da modernidade. Os conselhos já vinham sendo gestados na idéia política de Jefferson, ao defender que os municípios fossem divididos em distritos. Nestes, todos os homens poderiam se tornar membros ativos do governo comum, participando pessoalmente de todos os direitos e obrigações do Estado. Ele julgava que a ausência dessa subdivisão do país consistia em ameaça à própria existência da república. Essa subdivisão estava também presente nas seções da Comuna de Paris e nas sociedades populares durante a Revolução Francesa. O plano de Jefferson e dessas sociedades renunciaram os conselhos, que iriam aparecer nas revoluções ao longo dos séculos XIX e XX. Eles sempre surgiam como organismos espontâneos do povo, mas eram ignorados pela própria tradição revolucionária. Eles não eram reconhecidos como novo espaço para a liberdade, constituído e organizado no próprio curso da revolução. A aspiração dos conselhos de estabelecer o espaço de liberdade colocou-os em conflito com os grupos de revolucionários profissionais. Estes pretendiam reduzir os conselhos a simples órgãos executores da atividade revolucionária dentro do aparato partidário. Dentre as características comuns aos conselhos a que mais se destacava era a espontaneidade do seu surgimento, com o objetivo de lançar as bases de uma república. Por isso, “a esperança” em “*uma nova forma de governo, que permitisse a cada membro da sociedade igualitária moderna se tornar um*



‘participante’ dos assuntos públicos”, ficou sepultada nas “desastrosas revoluções do século XX”<sup>11</sup>.

Quanto ao sistema partidário, ele era contestado pelos conselhos, com o conflito recrudescido sempre que estes se voltavam contra o partido. Os sistemas de conselho e partidário, quase contemporâneos, eram desconhecidos antes das revoluções. Esses órgãos eram resultado do dogma moderno e revolucionário, segundo o qual todos os habitantes de um determinado território têm o direito de acesso à esfera pública e política. Os conselhos surgiram no curso da própria revolução e brotaram do seio do povo como órgãos espontâneos de ação e de ordenamento. Os partidos, ao contrário, jamais surgiram durante uma revolução, precedendo-a ou se desenvolvendo a partir da extensão do sufrágio popular. O conflito entre o sistema de partido e de conselho veio à tona em todas as revoluções do século XX. O problema em questão era o da distinção entre representação e ação política. Os conselhos eram órgãos de ação, enquanto os partidos revolucionários eram de representação. Os partidos revolucionários não entenderam o quanto o sistema de conselho se identificava com uma nova forma de governo, como também os conselhos foram incapazes de perceber que nas sociedades modernas há uma necessidade de um aparelho governamental para desempenhar as funções de administração. Os eventos da tradição esquecida da modernidade priorizaram a ação política, em detrimento da representação.

Dentre os eventos dessa tradição, destaco aqui a Revolução Alemã de 1918, que Hannah Arendt busca apreender a partir do movimento spartakista, interessada pela história de Rosa Luxemburgo. Essa revolução eclodiu em oposição ao regime imperial, quando os soldados e os trabalhadores, em franca rebelião, constituíram-se em *Arbeiter-und Soldatenräte*, exigindo, em Berlim, que esse *Rätesystem* se tornasse a pedra fundamental da nova Constituição alemã. A rebelião estava ligada a um movimento de esquerda radical - a Liga Spartakus -, protagonizada por Rosa Luxemburgo, portadora de convicções que se situavam entre a tradição marxista e a republicana. A revolucionária se inseriu nos quadros do Partido Social Democrata em 1898, fazendo uma opção de agitação política, característica republicana. Ela forçou uma convivência do movimento spartakista dentro do partido até 1916, uma vez que tinha receio de se isolar das massas se rompida com o partido. Dele expulsa, Rosa Luxemburgo voltou-se para o movimento spartakista, que passou a funcionar como um núcleo de oposição ao governo e de ação política. A noção era de um ‘clube de iguais’: não havia hierarquia, liderança e burocracia, e sim pessoas reunidas, voltadas para ação pública.

Rosa Luxemburgo redigiu os princípios diretores do movimento spartakista, constituindo-se: na necessidade de formar grupos de oposição à guerra em todos os países; na ênfase dada aos mecanismos de agitação política, recuperando panfletos, comício e agitação; na denúncia de uma determinada forma de expressão do nacionalismo; e na criação de uma Nova Internacional. Seu lema era de esclarecer e de agitar. Ela não pretendia organizar e dirigir a massa e apostava em uma energia revolucionária, desprezando o conservadorismo e a paralisia do

---

<sup>11</sup> ARENDT, *Da revolução*, p. 211.

partido. Na verdade, a revolucionária gostaria de acreditar que a organização centralista do partido era a condição prévia para sua capacidade de luta. Porém, bem mais importante parecia ser a espontaneidade. Rosa Luxemburgo defendia uma centralização que não poderia se fundar nem na obediência cega nem na subordinação mecânica dos militantes a um poder central. Assim, não poderia “*haver muros estanques entre o núcleo do proletariado consciente*”, que formava os quadros sólidos do partido, e “*as camadas ambientes do proletariado*”, empenhadas na luta de classe e nas quais “*crecia cada dia mais a consciência de classe*”<sup>12</sup>. A revolucionária apostava em uma ação política, deslocada da fábrica para a rua, visualizada como espaço público - o que é outro traço republicano.

A revolução, na concepção de Rosa Luxemburgo, deveria ser conduzida por conselhos, e não por partidos. A partir de sua estrutura revolucionária, os conselhos poderiam ser capazes de confiscar propriedades da nobreza, de definir a estrutura fundiária, de eliminar a estrutura burocrática e de dissolver o exército. Tratando-se da Revolução Alemã, o movimento consistiu na combinação de três movimentos: a greve geral dos trabalhadores em novembro de 1918, o massacre dos marinheiros e uma série de motins de soldados. Reunidas em conselhos, as três categorias foram para a rua, realizando comícios e passeatas. Elas exigiram a renúncia do imperador, visto como o principal responsável pela guerra e pelo massacre dos marinheiros. Os revolucionários defenderam a greve geral, a proclamação da república em Berlim pelo Parlamento e a proclamação da república socialista pelos spartakistas. A coalizão de partidos de esquerda passou a exercer o governo, derrotando os spartakistas, que defendiam um governo exercido por conselhos. Estabelecia, então, um ponto de tensão entre o governo de coalizão e os conselhos, que sustentavam esse mesmo governo.

Os conselhos, que surgiram em toda a Alemanha, independentes dos partidos, formaram comitês para controlar o governo e expressaram a capacidade da comunidade política de organizar-se. De fato, ocorria uma dupla tensão: a revolução poderia radicalizar-se pela ditadura do proletariado, em um viés leninista, ou nos limites de uma democracia parlamentar. O problema para os conselhos consistia em definir uma terceira via. Para que lado a revolução iria se radicalizar? Era da competência dos conselhos ou do Parlamento assumir o poder executivo? Na proposta da social-democracia, os conselhos deveriam ser absorvidos partidariamente. Já Rosa Luxemburgo propunha a coexistência entre conselho e partido. Na falta de um consenso, ela passava a apoiar os conselhos, associando a eles as idéias de república e de socialismo. Assim, os spartakistas estavam contra o Parlamento, a representação, e a favor da república, da ação política.

As semanas entre novembro de 1918 e janeiro de 1919 condensaram os dilemas da ação revolucionária, postos para Rosa Luxemburgo durante toda sua vida. Ela enfrentava o problema de como fazer a revolução em uma conjuntura revolucionária e conservadora. Às vésperas de sua morte, a revolucionária acreditava ter encontrado o embrião de um partido revolucionário de novo tipo,

---

<sup>12</sup> LUXEMBURGO, Rosa. *Apud* GUÉRIN, Daniel. *Rosa Luxemburgo e a espontaneidade revolucionária*. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 24.

como discursou no congresso constitutivo da Liga Spartakus, de 30 de dezembro de 1918 a 01 de janeiro de 1919: “*chegou a hora em que todos os elementos proletários revolucionários devem [...] construir um novo partido independente, com um programa claro, [...] de atividade revolucionária, como instrumento inabalável da revolução social que se inicia*”<sup>13</sup>. No Programa, constava a definição da Liga: “*não é um partido que quer passar por cima das massas operárias, [...] a Liga Spartakus quer apenas ser, em todas as ocasiões, a parte do proletariado mais consciente do objetivo comum*”<sup>14</sup>.

Nesse congresso, os spartakistas fundaram o Partido Comunista Alemão. Rosa Luxemburgo e a direção do partido avaliaram que o mesmo deveria participar das eleições de 19 de janeiro para a Assembléia, mas o congresso era contra. Em 4 de janeiro, uma crise provocou a saída do Partido Social Democrata Independente do governo, radicalizando a vanguarda. Ocorreu uma insurreição em Berlim e um comitê revolucionário foi formado. As tropas do governo social-democrata, aliadas a grupos paramilitares de direita, desencadearam uma sangrenta repressão contra os operários sublevados. No dia 15 de janeiro Rosa Luxemburgo foi assassinada. Após sua morte, as forças conservadoras e a social-democracia derrotaram a revolução. Uma repressão violenta destruiu o evento, que, por um efêmero momento, garantiu espaço seguro para a liberdade ser exercida. Assim, a Revolução Alemã consistiu em uma experiência política não transmitida pela tradição e, que por isso, ficou esquecida.

## RESUMO

A partir da conceituação teórica arendtiana, este artigo traz uma discussão sobre as revoluções na modernidade. Elas são apreendidas como experiências políticas originais na fundação da liberdade, como são os casos das Revoluções Americana e Francesa. Estas vivenciaram momentos de fracassos e de vitórias nesta tarefa de fundação. Os eventos revolucionários, por sua vez, como a Revolução Alemã, figuraram a tradição esquecida da modernidade ao proporcionarem espaços para o exercício da liberdade.

**Palavras-Chave:** Modernidade; Revolução; Liberdade.

## ABSTRACT

From the theoretical Arendtian concept, this article discusses about modern revolutions. There are gotten with original political experiences based on freedom, as the French and the American Revolutions. They had moments of failing and victory in this task of foundation. The revolutionary events, for instance, the German Revolution, meant the forgotten modernity tradition while generating space for practicing freedom.

**Keywords:** Modernity; Revolution; Freedom.

---

<sup>13</sup> LUXEMBURGO, *apud* GUÉRIN, *Rosa Luxemburgo...*, p. 40.

<sup>14</sup> Documento citado por GUÉRIN, *Rosa Luxemburgo...*, p. 40.